Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

| | | |
|---|---|---|
| **ACÓRDÃO DA 1ª CAMARA** | **:** | **AC01-G.JRPC-64/2014** |
| **PROCESSO TC/MS** | **:** | TC/10631/2013 |
| **PROTOCOLO** | **:** | 1412608 |
| **ÓRGÃO** | **:** | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUIRAÍ |
| **RESPONSÁVEL** | **:** | SANDRA CARDOSO MARTINS CASSONE |
| **CARGO DO RESPONSÁVEL** | **:** | PREFEITA |
| **ASSUNTO DO PROCESSO** | **:** | CONVÊNIO N. 7/2012 |
| **RELATOR** | **:** | CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL |

## EMENTA

CONVÊNIO – PRESTAÇÃO DE CONTAS – REGULARIDADE

*É regular a Prestação de Contas de Convênio que esteja de acordo com as determinações legais e documentalmente comprove que os recursos financeiros foram devidamente aplicados pelo beneficiário no atendimento do objeto conveniado.*

## ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 2ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara de 11 de março de 2014, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade, nos termos do voto do relator, em declarar regular e assim aprovar a Prestação de Contas relativa ao Convênio n. 7/2012, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Itaquiraí e a Associação Beneficente de Itaquiraí – ABI, com fundamento nas regras dos arts. 21, II, e 59, I, da Lei Complementar Estadual n. 160, de 2 de janeiro de 2012.

Campo Grande, 11 de março de 2014.

Conselheiro José Ricardo Pereira Cabral – Relator

## RELATÓRIO

A matéria processada nestes autos trata da prestação de contas relativa ao Convênio do Município de Itaquiraí, compreendendo os elementos examinados pelos técnicos da 1ª Inspetoria de Controle Externo, havendo essa Inspetoria constatado, por meio da Análise Conclusiva n. 14494/2013 (peça n. 8), que a prestação de contas está apta para aprovação.

O Procurador do Ministério Público de Contas emitiu o Parecer GAB.2 DR.JOAOMJ-15338/2013 (peça n. 11), opinando pelo julgamento da prestação de contas do Convênio "... COMO CONTAS REGULARES, com lastro nas disposições *insculpidas no artigo 35, inciso III, da Lei Complementar n. 160/2012 combinado com artigos 101, inciso III e 108, ambos da Resolução Normativa TC/ME (SIC) n. 057, de 06 de junho de 2006."*

É o Relatório.

## VOTO

Dos autos verifico que o procedimento em questão encontra-se de acordo com as determinações legais, com a comprovação de que os recursos financeiros foram devidamente aplicados, não havendo, desse modo, óbice para a aprovação da prestação de contas examinada.

Diante do exposto, acolho as razões do Parecer ministerial e voto no sentido de: declarar regular e assim aprovar a prestação de contas relativa ao Convênio n. 7/2012, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Itaquiraí e a Associação Beneficente de Itaquiraí - ABI, com fundamento nas regras dos arts. 21, II, e 59, I, da Lei Complementar Estadual n. 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c as regras dos arts. 108 e 109, caput, do Regimento Interno.

**DECISÃO**

Como consta na ata, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro relator, a decisão foi a seguinte: declarada regular e assim aprovada a Prestação de Contas relativa ao Convênio n. 7/2012, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Itaquiraí e a Associação Beneficente de Itaquiraí – ABI, com fundamento nas regras dos arts. 21, II, e 59, I, da Lei Complementar Estadual n. 160, de 2 de janeiro de 2012.

Presidência do Exmo. Sr. Ronaldo Chadid

Relator, o Exmo. Sr. Conselheiro José Ricardo Pereira Cabral

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros Waldir Neves Barbosa e Ronaldo Chadid.

Presente o Exmo. Sr. João Antônio de Oliveira Martins Júnior, Procurador de Contas.

Campo Grande, 11 de março de 2014.

JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL
Conselheiro Relator